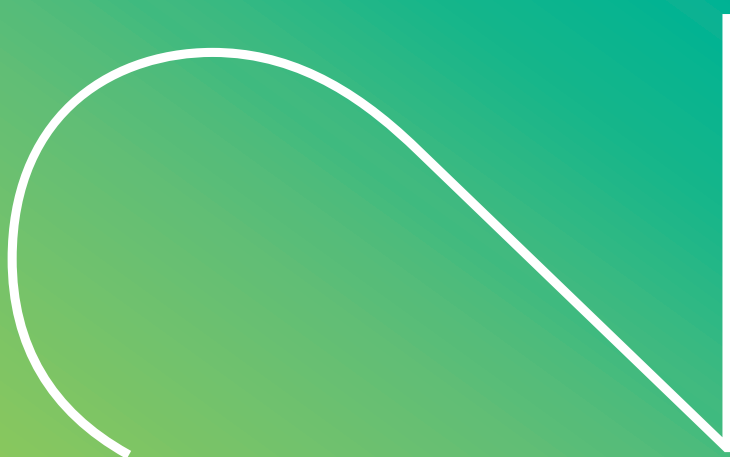




Relatório de Gestão

 **SICOOBEMPRESARIAL**
Cooperativa de Crédito

Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da auditoria	52
Parecer do Conselho Fiscal	55
Agência	56

Mensagem do presidente

**Marca histórica: R\$ 100
milhões em ativos**



Contra um ano ruim, o melhor caminho será sempre um bom projeto e uma execução primorosa para dar jeito. Sabemos que é no meio das dificuldades que encontramos as oportunidades. O ano de 2019 foi marcado pelos mesmos desafios de estagnação econômica vistos nos quatro anos anteriores, com dificuldades e muitas incertezas no cenário político e econômico. O Sicoob Empresarial teve como foco este ano as pequenas e médias empresas, que nos garantiram bons resultados, com uma redução importante da inadimplência.

Com a previsão de ano ruim, nos empenhamos no cumprimento fiel dos programas estabelecidos para o ano. Em nosso roteiro de trabalho, que foi executado com êxito, constava: resgatar a base de cooperados inativos; aumentar o número de cooperados Pessoa Jurídica; melhorar a comunicação com os associados e executar uma agenda de visitas com o objetivo de incrementar os relacionamentos. Ao mesmo tempo, buscamos a diversificação de nossas linhas de crédito, pulverizamos a carteira de clientes e segregamos as carteiras de Pessoas Físicas e Jurídicas.

A decisão de direcionar nosso foco nas pequenas empresas e nos prestadores de serviços foi muito acertada, influenciando muito positivamente o desempenho da cooperativa. Em um exercício com importantes conquistas, devemos destacar o incremen-

to na modalidade financiamentos e aquisição de veículos novos e usados, com a melhoria das taxas, além da significativa expansão de financiamentos rurais de custeio e pré-custeio. O Sicoob Empresarial registrou, ainda, maior receita nos produtos cobrança, consórcio e Sipag.

Com uma equipe empenhada e muito comprometida com melhoria de resultados, conselhos e diretoria participativa e o respaldo da Central Sicoob Uni, atenta a cada detalhe, fechamos 2019 com muito a comemorar. Conquistamos excelente resultado financeiro, ao mesmo tempo, conseguimos atender às demandas de nossos cooperados. Com muito orgulho, conquistamos o impressionante feito de superar os R\$ 100 milhões em ativos. Com esse marco histórico, deixamos de ser uma pequena cooperativa para consolidarmos uma posição de destaque no segmento de cooperativismo de crédito. Reforço nosso agradecimento a todos pela confiança e dedico a cada cooperado, dos fundadores aos que aderiram mais recentemente, essa conquista, que tem a atuação, dedicação e assinatura de todos.

O nosso muito obrigado.

Marcelo Ferreira de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais associados, mais resultados.

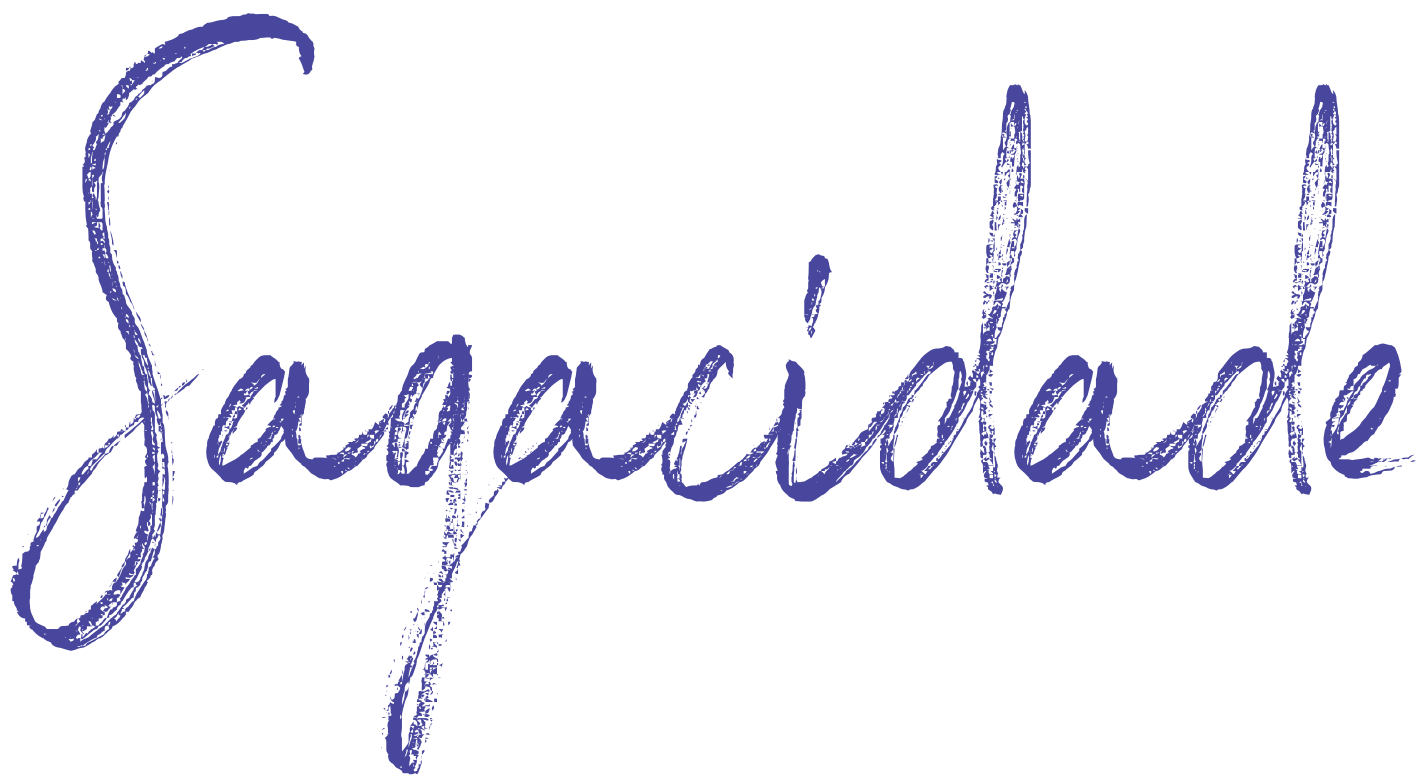
O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar

as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.



Sagacidade

ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS





Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

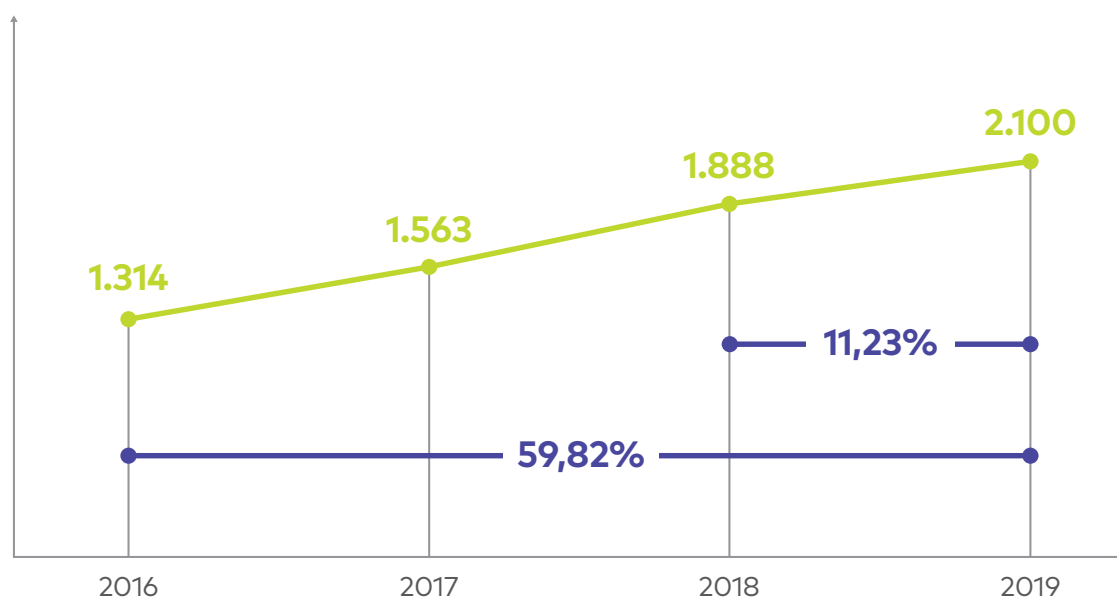
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números

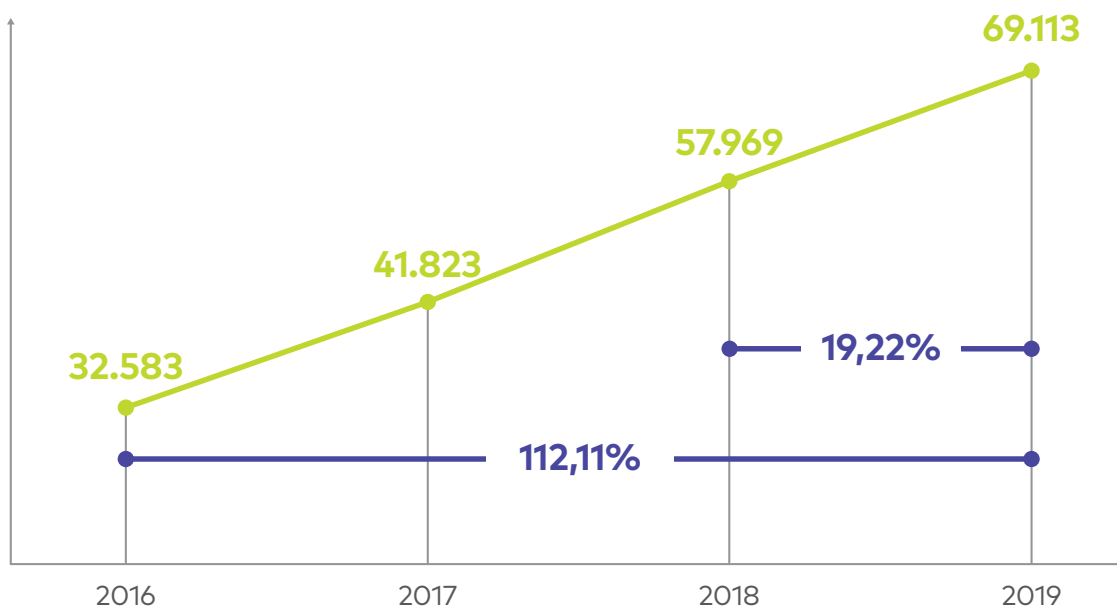


COOPERADOS



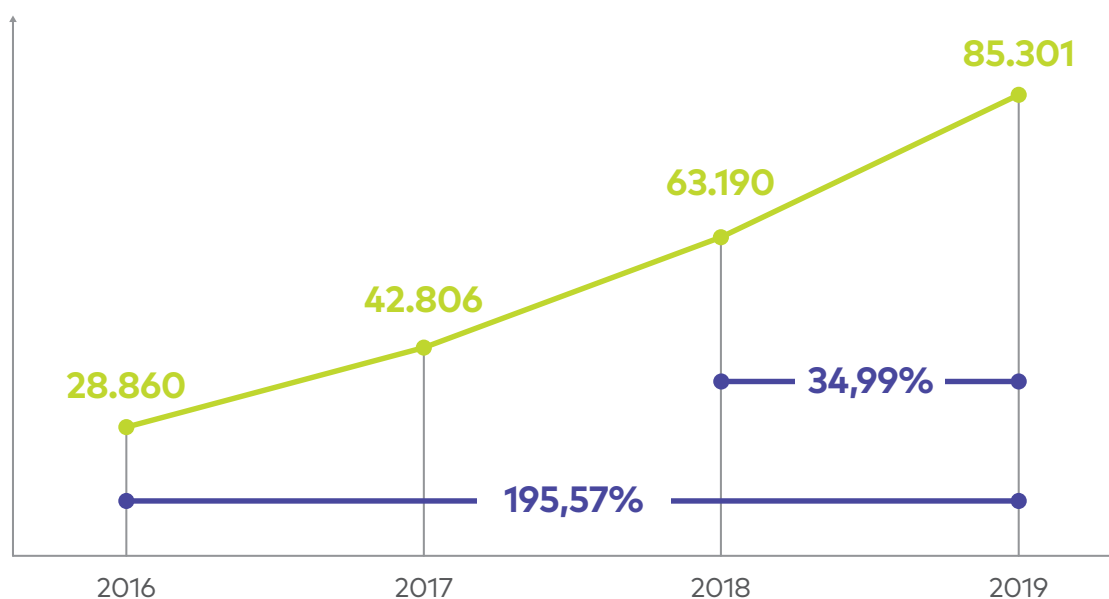
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



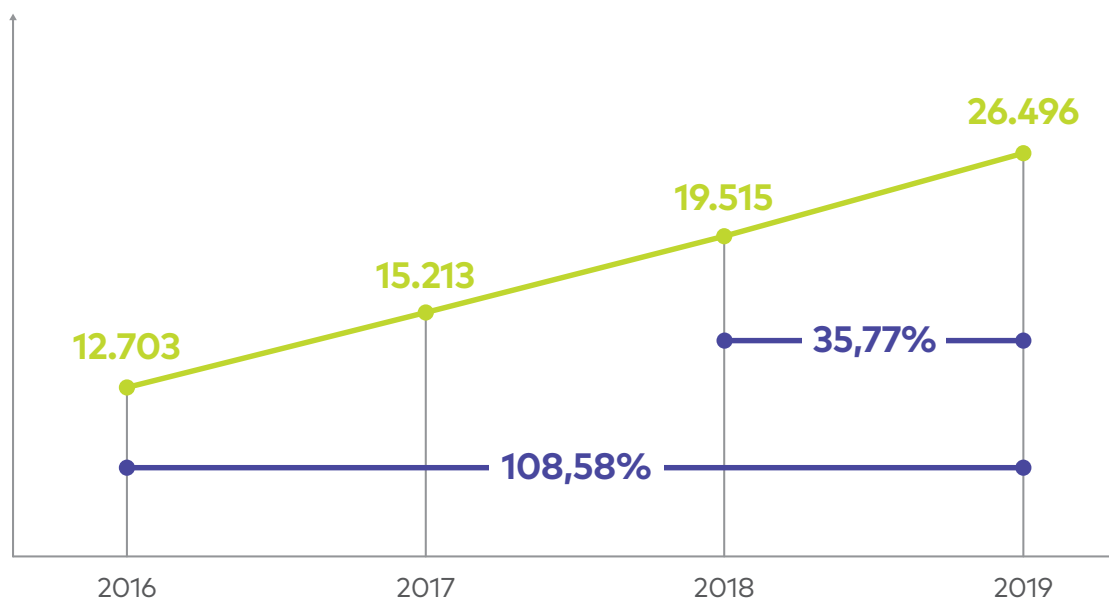
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



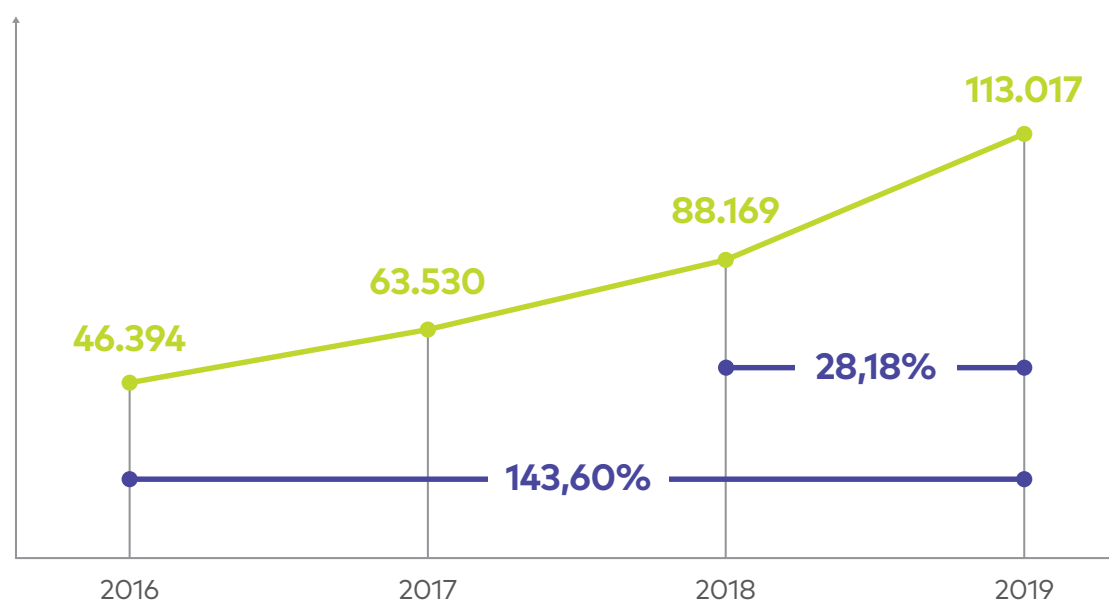
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL



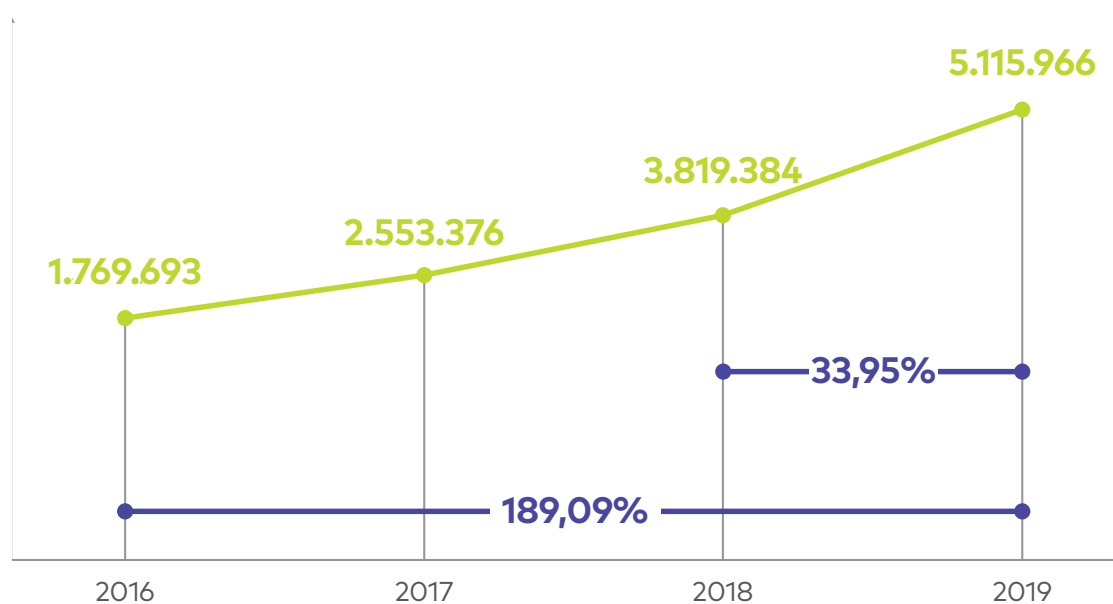
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL

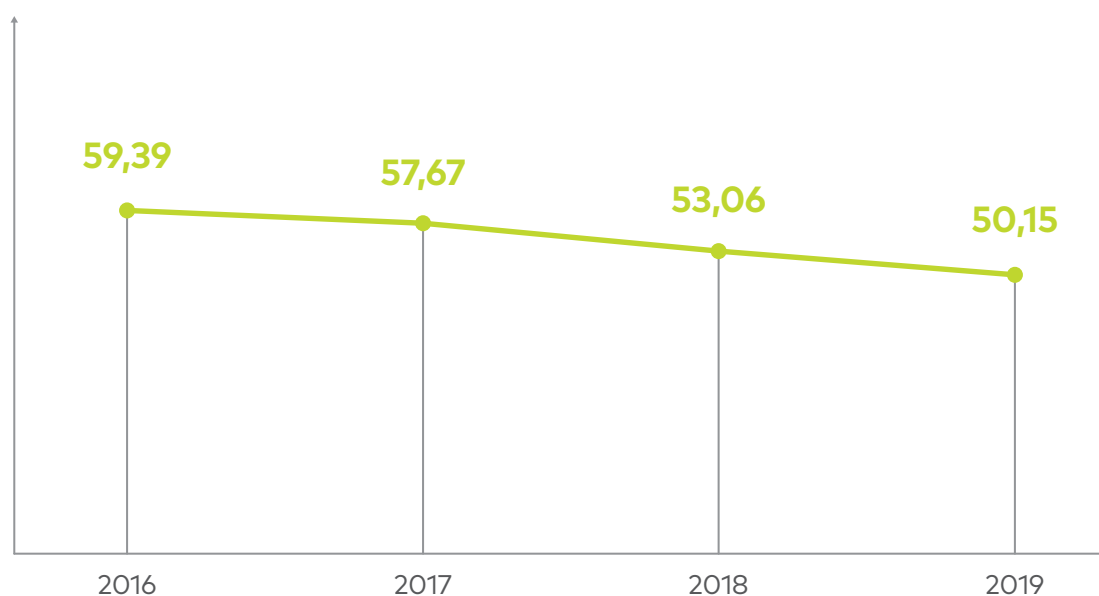


SOBRAS DO EXERCÍCIO

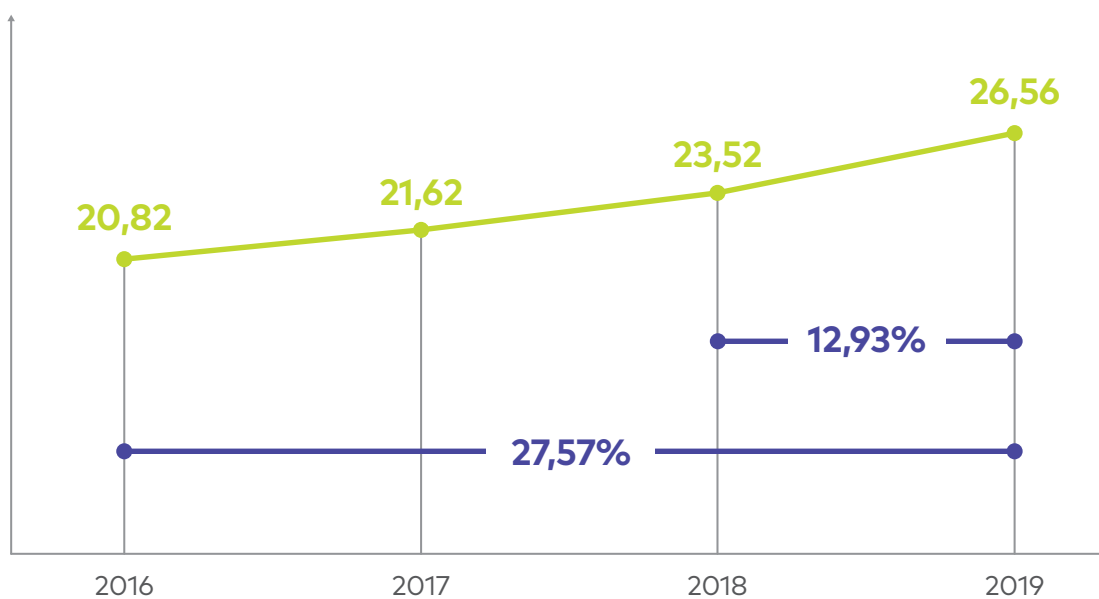
EM R\$



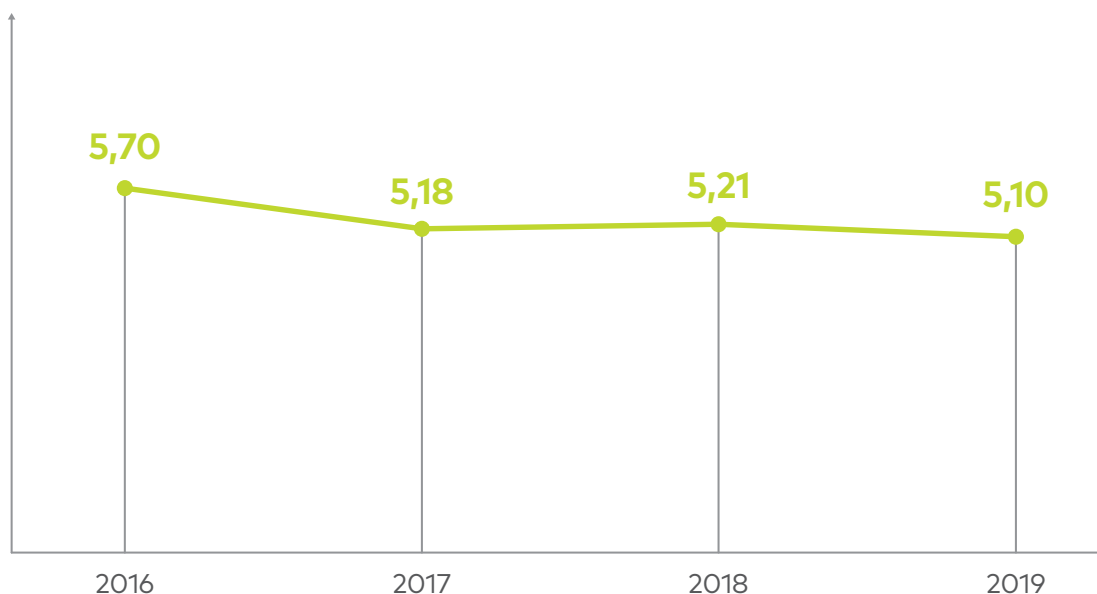
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE



RENTABILIDADE DO ATIVO: ROA



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019				
PRODUTOS	SFN	SICOOB EMPRESARIAL	VALOR ECONOMIZADO	
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal	POR PRODUTO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	5,90%	R\$ 695.533	R\$ 695.533
EMPRÉSTIMOS	3,00%	2,18%	R\$ 4.275.047	R\$ 4.970.580
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,04%	R\$ 27.969	R\$ 4.998.549
TARIFAS PF¹	R\$ 52,96	R\$ 4,38	R\$ 696.622	R\$ 5.695.171
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	7,80%	R\$ 12.240	R\$ 5.707.411
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,42%	8,50%	R\$ 5.989	R\$ 5.713.400
CONSÓRCIO² CAMINHÕES	12,93%	N/D	R\$ 0	R\$ 5.713.400
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,17%	7,31%	R\$ 1.173	R\$ 5.714.573
CONSÓRCIO² MOTOS	14,82%	7,50%	R\$ 18	R\$ 5.714.591
CONSÓRCIO² OUTROS BENS	14,91%	N/D	R\$ 0	R\$ 5.714.591
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	15,01%	N/D	R\$ 0	R\$ 5.714.591
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	5,90%	R\$ 2.032.218	R\$ 7.746.809
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	1,94%	R\$ 485.391	R\$ 8.232.201
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,46%	R\$ 92.650	R\$ 8.324.851
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	1,01%	R\$ 5.749	R\$ 8.330.600
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,25%	-R\$ 1.709	R\$ 8.328.891
TARIFAS PJ³	R\$ 93,75	R\$ 3,62	R\$ 978.823	R\$ 9.307.714
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,26%	R\$ 428.834	R\$ 9.736.548
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	1,86%	R\$ 521.313	R\$ 10.257.862
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,26%	R\$ 400.552	R\$ 10.658.414
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 456.693	R\$ 11.115.106
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS	PARA OS ACIONISTAS	PARA OS COOPERADOS	R\$ 5.115.966	R\$ 16.231.073
COOPERADOS SICOOB EMPRESARIAL				2.100
RENTA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 7.729

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do período).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos

associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a *Cooperativa*:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas –

A stylized, handwritten-style logo in blue ink that reads "Sintonia". The letters are fluid and connected, with a large, sweeping 'S' at the beginning and a long, horizontal stroke across the middle of the word.

interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social an-

terior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- relatório da gestão;
- demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outros 2 são Vice-Presidentes.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 2 membros – Diretor Operacional e Diretor de Negócios, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efe-

tivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjun-

to de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		65.685.914	59.359.294	Circulante		82.116.077	68.359.223
Disponibilidades	04	1.744.601	1.815.458	Depósitos	10	69.113.006	57.969.661
Relações Interfinanceiras	04	23.197.077	20.567.194	Depósitos à Vista		21.534.962	19.307.000
Centralização Financeira		23.197.077	20.567.194	Depósitos a Prazo		47.578.044	38.662.661
Operações de Crédito	05	40.212.636	35.272.973	Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliárias	11	1.823.844	-
Operações de Crédito - Setor Privado		40.967.735	36.351.661	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		1.823.844	-
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(755.099)	(1.078.688)	Relações Interfinanceiras	12	9.350.653	8.334.365
Outros Créditos	06	329.271	1.692.927	Recursos do Bancoob		9.824.720	8.678.986
Avais e Fianças		12.431	-	(-) Despesas a Apropriar Bancoob		(474.067)	(344.621)
Rendas a Receber		158.107	113.232	Outras Obrigações		1.828.574	2.055.198
Diversos		166.099	1.579.695	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	13a	14.715	17.290
(-) Provisão para Outros Créditos		(7.366)	-	Sociais e Estatutárias	13b	537.485	819.298
Outros Valores e Bens	07	202.329	10.742	Fiscais e Previdenciárias	13c	177.152	156.002
Outros Valores e Bens		161.841	-	Diversos	13d	1.099.222	1.062.608
Despesas Antecipadas		40.488	10.742				
Não Circulante		47.331.636	28.810.121	Não Circulante		4.404.736	294.842
Realizável a Longo Prazo		45.089.036	27.917.298	Exigível a longo Prazo		4.404.736	294.842
Operações de Crédito	05	46.258.263	28.472.585	Relações Interfinanceiras	12	4.400.111	285.222
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(1.169.227)	(555.287)	Recursos do Bancoob		5.152.156	285.222
				(-) Despesa a Apropriar Bancoob		(752.045)	-
Investimentos	08	1.770.010	514.589	Outras Obrigações		4.625	9.620
Ações e Cotas		1.770.010	514.589	Diversas		4.625	9.620
Imobilizado de uso	09	397.243	283.078				
Outras Imobilizações de Uso		836.800	657.697				
(-) Depreciações Acumuladas		(439.557)	(374.619)				
Intangível		75.345	95.156	Patrimônio Líquido		26.496.737	19.515.350
Softwares		177.280	219.309	Capital Social	15a	18.012.840	13.759.783
(-) Amortizações Acumuladas		(101.935)	(124.153)	Reserva de Sobras	15b	7.972.300	5.367.960
				Fundo de Reserva		5.670.115	3.623.729
				Reserva Estatutária		2.302.185	1.744.231
				Sobras do Exercício	15c	511.597	387.607
TOTAL DO ATIVO		113.017.550	88.169.415	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		113.017.550	88.169.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
Diretor Operacional

Jaime Severo Garcia
Diretor de Negócios

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.290.340	13.725.193	11.164.630
Operações de Crédito	16	7.142.995	13.572.536	11.091.131
Rendas de Aplicações Compulsórias		147.345	152.657	73.499
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.306.911)	(4.314.059)	(3.641.009)
Operações de Captação no Mercado	10b	(1.295.608)	(2.553.831)	(2.394.606)
Operações de Empréstimos e Repasses		(419.004)	(717.944)	(419.312)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(592.299)	(1.042.284)	(827.091)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.983.429	9.411.134	7.523.621
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.889.939)	(3.305.599)	(2.860.051)
Receitas de Prestação de Serviços		721.296	1.184.367	651.004
Receitas de Tarifas Bancárias		324.069	635.907	698.672
Despesas de Pessoal	17	(2.035.696)	(3.877.901)	(3.042.388)
Outras Despesas Administrativas	18	(1.903.018)	(3.454.447)	(3.104.948)
Despesas Tributárias		(64.427)	(113.975)	(45.189)
Outras Receitas Operacionais	19	383.565	1.038.243	469.064
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		771.482	1.541.502	1.910.343
Outras Despesas Operacionais	20	(87.210)	(259.295)	(396.609)
RESULTADO OPERACIONAL		3.093.490	6.105.535	4.663.570
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	(33.031)	(70.754)	17.914
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		3.060.459	6.034.781	4.681.484
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.350	-	(44.407)
Provisão para Imposto de Renda		18.844	-	(20.816)
Provisão para Contribuição Social		18.506	-	(23.591)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		3.097.809	6.034.781	4.637.077
Juros Sobre o Capital Próprio		(918.814)	(918.814)	(817.693)
SOBRAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		2.178.995	5.115.967	3.819.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
Diretor Operacional

Jaime Severo Garcia
Diretor de Negócios

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras/ (Perdas) Acumuladas	Total
		Fundo de Reserva	F.A.C		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.764.956	2.073.301	1.125.239	250.053	15.213.549
Integralizações/Subscrições de Capital	839.417	-	-	-	839.417
Incorporação de Sobras	1.361.256	-	(1.125.239)	(236.017)	-
Distribuição das Sobras	-	-	-	(14.036)	(14.036)
Fundo para aumento de capital	-	-	1.744.231	(1.744.231)	-
Devolução de Capital	(975.033)	-	-	-	(975.033)
IRRF sobre juros ao Capital	(17.211)	-	-	-	(17.211)
Incorporação de Juros ao Capital	786.398	-	-	-	786.398
Reversão - Resultado de Atos Não Cooperativos - FATES	-	-	-	(155.738)	(155.738)
Reversão - Destinação Resultado com Terceiros -FATES	-	-	-	212.424	212.424
Sobras	-	-	-	3.819.384	3.819.384
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.550.428	-	(1.550.428)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(193.803)	(193.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.759.783	3.623.729	1.744.231	387.607	19.515.351
Integralizações/Subscrições de Capital	1.850.770	-	-	-	1.850.770
Incorporação de Sobras	387.607	-	-	(387.607)	-
Distribuição das Sobras	1.744.231	-	(1.744.231)	-	-
Fundo para aumento de capital	-	-	2.302.185	(2.302.185)	-
Devolução de Capital	(610.422)	-	-	-	(610.422)
Incorporação de Juros ao Capital	880.870	-	-	-	880.870
Sobras	-	-	-	5.115.966	5.115.966
Reserva Legal	-	2.046.387	-	(2.046.387)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(255.798)	(255.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.012.839	5.670.115	2.302.185	511.597	26.496.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
Diretor Operacional

Jaime Severo Garcia
Diretor de Negócios

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(4.865.585)	2.127.710	2.234.980
Sobras Antes da Tributação e Participações	3.060.459	6.034.781	4.681.484
IRPJ / CSLL	37.350	-	(44.407)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	592.299	1.042.284	827.091
Juros ao Capital	(918.814)	(918.814)	(817.693)
Depreciações e Amortizações	39.933	84.329	96.426
Sobras ajustadas	2.811.227	6.242.580	4.742.901
(Aumento) redução nos Ativos	(16.825.969)	(21.981.618)	(22.844.695)
Operações de Crédito	(17.019.648)	(23.153.686)	(21.210.721)
Outros Créditos	162.613	1.363.655	(1.633.128)
Outros Valores e Bens	31.066	(191.587)	(846)
Aumento (redução) nos Passivos	9.149.157	17.866.748	20.336.774
Depósitos à Vista	850.515	2.227.962	5.604.042
Depósitos a Prazo	1.842.680	8.915.383	10.541.810
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliárias	1.482.825	1.823.844	-
Relações Interfinanceiras	4.876.197	5.131.177	4.302.017
Relações de Interdependências	-	-	-
Outras Obrigações	96.940	(231.618)	(111.097)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.124.970)	(1.434.104)	1.155.130
Aumento dos Investimentos	(1.007.162)	(1.255.421)	1.188.292
Aquisições do Imobilizado	(117.808)	(179.103)	(33.162)
Intangível	-	420	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.653.063	1.865.420	482.418
Integralizações de Capital	1.425.369	1.850.770	839.417
Devolução de Capital	(397.378)	(610.422)	(975.033)
Reversão - Resultado de Atos Cooperativos e Terceiros - FATES	-	-	56.686
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	880.870	880.870	769.187
FATES	(255.798)	(255.798)	(193.803)
Distribuições de Sobras	-	-	(14.036)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	(4.337.493)	2.559.026	3.872.527
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	29.023.373	22.382.652	18.510.125
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	24.941.678	24.941.678	22.382.652
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4.081.695)	2.559.026	3.872.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
Diretor Operacional

Jaime Severo Garcia
Diretor de Negócios

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO VERDE E REGIÃO LTDA - SICOOB EMPRESARIAL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/2007, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO- SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB EMPRESARIAL tem a sede localizada: Rua Costa Gomes, S/N, edifício Le Monde SI 21, Jardim Marconal, CEP: 75901-550, Rio Verde(GO).

O SICOOB EMPRESARIAL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas

Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez, o tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB UNI e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As

provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 194 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4) Disponibilidades

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possui características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	1.744.601	1.815.458
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	23.197.077	20.567.194
TOTAL	24.941.678	22.382.652

- (I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto a CENTRAL SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	23.973.713	22.067.744	46.041.457	41.336.498
Financiamentos	7.311.022	17.653.759	24.964.781	14.919.928
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.683.000	6.536.760	16.219.760	8.567.820
Total de Operações de Crédito	40.967.735	46.258.263	87.225.998	64.824.246
(-) Provisões para Operações de Crédito	(755.099)	(1.169.227)	(1.924.326)	(1.633.975)
TOTAL	40.212.636	45.089.036	85.301.672	63.190.271

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação						31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
A	-	Normal	-	-	-	-	-	470.982	-
A	0,50 %	Normal	17.937.739	10.770.214	8.577.846	37.285.799	(186.429)	17.500.869	(87.504)
B	1%	Normal	11.276.369	9.101.151	7.315.680	27.693.201	(276.932)	30.253.430	(302.534)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-	-	520.602	(5.206)
C	3%	Normal	13.058.257	4.146.057	326.233	17.530.547	(525.916)	13.384.237	(401.527)
C	3%	Vencidas	102.387	60.306	-	162.692	(4.881)	18.632	(559)
D	10%	Normal	2.262.382	648.044	-	2.910.426	(291.043)	1.542.553	(154.255)
D	10%	Vencidas	3.923	-	-	3.923	(392)	8.557	(856)
E	30%	Normal	1.042.147	3.913	-	1.046.061	(313.818)	94.012	(28.203)
E	30%	Vencidas	-	50.814	-	50.814	(15.244)	266.653	(79.996)
F	50%	Normal	325.137	24.284	-	349.421	(174.711)	12	(6)
F	50%	Vencidas	1.147	-	-	1.147	(573)	245.086	(122.543)
G	70%	Normal	5.500	-	-	5.500	(3.850)	11	(8)
G	70%	Vencidas	26.439	159.998	-	186.438	(130.506)	226.113	(158.279)
H	100 %	Normal	30	-	-	30	(30)	13	(13)
H	100 %	Vencidas	-	-	-	-	-	292.484	(292.484)
Total Normal			45.907.562	24.693.663	16.219.760	86.820.985	(1.772.729)	63.246.119	(974.052)
Total Vencidas			133.895	271.118	-	405.013	(151.597)	1.578.127	(659.923)
Total Geral			46.041.457	24.964.781	16.219.760	87.225.998	(1.924.326)	64.824.246	(1.633.975)
Provisões			(1.322.076)	(476.417)	(125.833)	(1.924.326)		(1.633.975)	
Total Líquido			44.719.381	24.488.364	16.093.927	85.301.672		63.190.271	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	11.340.594	12.633.119	22.067.744	46.041.457
Financiamentos	1.999.922	5.311.100	17.653.759	24.964.781
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.200.847	8.482.153	6.536.760	16.219.760
TOTAL	14.541.363	26.426.372	46.258.263	87.225.998

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rural	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	11.309.030	2.271.895	-	13.580.925	16%
Setor Privado - Indústria	32.428	11.694	-	44.122	0%
Setor Privado - Serviços	24.044.859	14.778.325	-	38.823.184	45%
Pessoa Física	7.653.335	7.902.867	16.219.760	31.775.962	36%
Outros	3.001.805	-	-	3.001.805	3%
TOTAL	46.041.457	24.964.781	16.219.760	87.225.998	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.633.975	851.980
Constituições	1.044.613	882.901
Transferência para prejuízo	(754.262)	(100.906)
TOTAL	1.924.326	1.633.975

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.075.686	4%	1.690.888	3%
10 Maiores Devedores	20.224.979	23%	13.201.275	20%
50 Maiores Devedores	48.406.853	55%	35.767.822	55%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	491.607	683.370
Valor das operações transferidas no período	754.262	100.906
Valor das operações recuperadas no período	(26.939)	(292.669)
TOTAL	1.218.930	491.607

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados	12.431	-
Rendas a Receber	158.107	113.232
Serviços prestados a receber	56.715	5.786
Outras rendas a receber	878	671
Rendimentos Centralização Financeira - Central	100.514	106.775
Diversos	166.099	1.579.695
Adiantamentos e antecipações salariais	4.701	11.918
Adiantamentos por conta de imobilizações	8.739	-
Impostos e contribuições a compensar	52.986	-
Pagamentos a ressarcir	1.626	545
Títulos e créditos a receber	1.249	1.424.664
Devedores diversos - país	96.798	142.568
(-) Provisões para outros créditos (I)	(7.366)	-
(-) Com características de concessão de crédito	(7.366)	-
TOTAL	329.271	1.692.927

(I) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	161.841	-
Despesas Antecipadas (II)	40.488	10.742
TOTAL	202.329	10.742

(I) Está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo: as despesas antecipadas, prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa Central Sicoob Uni	1.403.064	193.636
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	366.946	320.953
TOTAL	1.770.010	514.589

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		118.712	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	363.561	354.792
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(180.637)	(144.944)
Sistema de Comunicação	20%	9.819	-
Sistema de Processamento de Dados	20%	310.676	268.874
Sistema de Segurança	10%	34.032	34.031
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(258.920)	(229.675)
TOTAL		397.243	283.078

- (I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	21.534.962		19.307.000	
Depósito a Prazo	47.578.044	0,36%	38.662.661	0,47%
TOTAL	69.113.006		57.969.661	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais Depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	9.036.629	13,00%	2.820.080	5,00%
10 Maiores Depositantes	25.271.850	37,00%	17.466.645	30,00%
50 Maiores Depositantes	45.998.702	67,00%	34.933.751	60,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.446.642)	(2.394.606)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(31.326)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(75.863)	-
TOTAL	(2.553.831)	(2.394.606)

11. Recursos de Aceites Cambiais/ Letras Imobiliárias

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	31/12/2019	Taxa média
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	1.823.844	0,34%
TOTAL	1.823.844	0,34%

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados:

Instituições	Taxa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		9.350.653	8.619.586
Recursos do Bancoob	7,5% a 8,5%	9.824.720	8.964.207
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(474.067)	(344.621)
Não Circulante		4.400.111	-
Recursos do Bancoob	7,5% a 8,5%	5.152.156	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(752.045)	-
TOTAL		13.750.764	8.619.586

13. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – IOF (I)	14.607	17.225
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	108	65
TOTAL	14.715	17.290

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) Está alocado nesta conta o IOF das aplicações e regates em RDC.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	255.928	139.462
Resultado de Atos com Não Associados	138.329	498.356
Cotas de Capital a Pagar (II)	143.228	181.480
TOTAL	537.485	819.298

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	3.627	4.881
Impostos e Contribuições Sobre Salários	144.812	110.438
Outros Impostos a Recolher (I)	28.713	40.683
TOTAL	177.152	156.002

(I) Imposto de Renda sobre Juros ao Capital e Aplicações Financeiras.

d) Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	90	-	2.098	-
Obrigações por Aquisição de Bens - Fornecedores	8.610	-	74.216	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (I)	295.628	-	334.514	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	484.187	-	255.865	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	59.660	4.625	46.264	9.620
Credores Diversos – País (IV)	251.047	-	349.650	-
TOTAL	1.099.222	4.625	1.062.607	9.620

(I) O saldo é composto principalmente por obrigações de Convênios e Cartões de Terceiros.

(II) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal, Despesas Administrativas e outros pagamentos.

(III) Refere-se à provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

(IV) É composto principalmente por Pendências a regularizar e cheque Depositados.

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB EMPRESARIAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	18.012.839	13.759.783
Associados - Quantidade	2.100	1.888

b) Reserva das Sobras – Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, de acordo com o estatuto, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de Reserva	5.670.116	3.623.730
Reserva Estatutária	2.302.185	1.744.231
TOTAL	7.972.301	5.367.961

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05/04/2019, os cooperados deliberaram um montante de R\$ 387.607 destinado das sobras líquidas para incorporação ao capital social de cada associado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras à disposição da Assembleia Geral	511.597	387.607
TOTAL	511.597	387.607

16. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	132.374	72.316
Rendas de Empréstimos	8.015.363	7.098.645
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.885.680	1.796.176
Rendas de Financiamentos	2.554.893	1.449.779
Rendas de Financiamentos Rurais - à vista	960.226	433.737
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	24.000	240.478
TOTAL	13.572.536	11.091.131

17. Despesa de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(127.688)	(78.308)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(839.729)	(570.160)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(398.853)	(299.171)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(756.339)	(631.372)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.680.223)	(1.384.547)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(75.069)	(78.719)
Despesas de Remuneração de Estagiários	-	(111)
TOTAL	(3.877.901)	(3.042.388)

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(60.918)	(51.912)
Despesas de Aluguéis	(380.311)	(315.439)
Despesas de Comunicações	(76.046)	(99.224)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(108.337)	(46.439)
Despesas de Material	(41.686)	(46.495)
Despesas de Processamento de Dados	(344.409)	(234.255)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(170.494)	(121.792)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(143.225)	(176.808)
Despesas de Publicações	(188)	(5.550)
Despesas de Seguros	(30.123)	(23.970)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(740.287)	(734.371)
Despesas de Serviços de Terceiros	(126.139)	(110.784)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(139.131)	(141.356)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(159.506)	(93.550)
Despesas de Transporte	(103.781)	(207.018)
Despesas de Viagem Ao Exterior	(1.754)	(925)
Despesas de Viagem No País	(30.951)	(47.796)
Outras Despesas Administrativas	(712.832)	(550.839)
Despesas de Amortização	(19.392)	(22.721)
Despesas de Depreciação	(64.937)	(73.705)
Despesas de Provisões Passivas	(73.945)	(29.294)
TOTAL	(3.528.392)	(3.134.243)

19. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	390.816	9.959
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	65.544	2.635
Dividendos	44.052	-
Rateio de Despesa da Central entre filiadas	-	33.586
Rendas de Repasses Delcredere	3.271	4.663
Rendas Juros Cartão de Crédito	78.200	-
Rendas Multas por atraso	9.656	-
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	110.037	36.202
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	209.836	162.433
Distribuição de Sobras da Central	-	68.277
Deduções e Abatimentos	180	-
Juros ao Capital	31.995	5.474
Outras Rendas Operacionais	94.656	145.835
TOTAL	1.038.243	469.064

20. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Desconto Concedido - Operações de Crédito	(50.370)	(39.474)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Depósitos	(23.701)	(86.279)
Cancelamento – Tarifas Pendentes	(4.606)	(2.785)
Outras Contribuições Diversas	-	(76.512)
Contribuição Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	(62.513)	(71.860)
Desconto Concedido – Capital de Giro	(41.082)	-
Diversos	(3.078)	(2.166)
Perdas – Fraudes Externas	-	(1.900)
Perdas – Falhas em Sistema TI	-	(3.047)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(83.292)
TOTAL	(185.350)	(367.315)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	30.984	17.914
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(100.102)	-
(-) Perdas de Capital	(836)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(800)	-
Resultado Líquido	(70.754)	17.914

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Montante das operações ativas e passivas no exercício de 31/12/2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	14.653.191	7,82%	84.505
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	684.205	0,36%	3.859
TOTAL	15.337.396	8,18%	88.364
Montante das Operações Passivas	8.010.427	7,59%	

Operações ativas e passivas – saldo do exercício 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.116	132	2,12%
Conta Garantida	5.564	27	0,59%
Crédito Rural	3.227.046	21.269	19,89%
Empréstimo	2.082.556	13.073	5,56%
Financiamento	2.258.765	21.513	9,04%
Títulos Descontados	790.640	3.953	10,79%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	531.204	2,52%	-
Depósitos a Prazo	1.760.444	3,56%	0,37%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,52%
Empréstimos	1,72%
Financiamento	1,08%
Aplicação Financeira – Pós-fixada	96%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	2,34%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	4,39%
Crédito Rural (modalidades)	2,55%
Aplicações Financeiras	7,59%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	30.328
Crédito Rural	10.576.579
Empréstimo	4.715.447
Financiamento	5.861.409

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(127.688)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(839.729)
Encargos Sociais	(244.502)

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO VERDE E REGIÃO LTDA - SICOOB EMPRESARIAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB

UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EMPRESARIAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de

Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	25.936.700	19.062.991
Capital Principal - CP	10.163.709	7.669.090
Nível I	10.163.709	7.669.090
Índice de Basileia %	30,62%	29,83%
Razão de Alavancagem (RA) %	21,08%	19,99%
Índice de imobilização %	1,53%	1,48%
Ativos Ponderados pelos Riscos	84.697.574	63.909.083

RIO VERDE-GO, 31 de dezembro de 2019.

Vander Ferreira Barros
Diretor Operacional

Jaime Severo Garcia
Diretor de Negócios

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. – Sicoob Empresarial
Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. – Sicoob Empresarial, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Empresarial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Empresarial é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2020.
Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. – Sicoob Empresarial, no uso das atribuições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis anexas e do Parecer da Auditoria Externa da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, emitido em 26 de fevereiro de 2020.

Consideradas as verificações sis-

temáticas das operações realizadas durante o referido exercício, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda de conciliações físicas; embasados em exames, verificações efetuadas e informações suplementares obtidas da auditoria externa, somos de parecer que as referidas demonstrações representam adequadamente o resultado do exercício, a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Empresarial em 31 de dezembro de 2019.

Assim sendo, recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 20 de março de 2020.

Rio Verde – GO, 28 de fevereiro de 2020.

Helena da Silva Guimarães De Souza
Conselheira Fiscal Efetiva

Adão de Carvalho Filho
Conselheiro Fiscal Efetivo

Francisco Rodrigues Pereira Neto
Conselheiro Fiscal Efetivo

Nossa Agência

Sicoob Empresarial

Rua Costa Gomes, Qd. R, Lt. B, SL 21,
Centro Empresarial Le Monde, Jardim
Marconal - Rio Verde- GO
CEP:75901-550
Tel: (64) 3620-0111





